

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

Catarina de Almeida Santos
Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenadora de Produção Editorial
Preparação e revisão
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Denise Silva Macedo
Haroldo Brito

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital
DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

I59

Institucionalização da educação superior a distância nas
universidades federais da região Centro-Oeste : temáticas em
questão / Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto
Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira
(organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2021.

310 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, Inovação & Ousadia).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5846-018-3

1. Ensino a distância. 2. Institucionalização. 3. Ensino
superior. 4. Universidades - Brasil, Centro-Oeste. I. Santos,
Catarina de Almeida (org.). II. Lima, Daniela da Costa Britto
Pereira (org.). III. Nogueira, Danielle Xabregas Pamplona (org.).
IV. Série.

CDU 378

Sumário

Prefácio 13

Apresentação 17

Capítulo 1

Institucionalização da Educação a Distância: da lente teórica à sua proposição 23

Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução 23

2. Processos de institucionalização: lente teórica em questão 26

3. Proposições de análise de processos de institucionalização da Educação a Distância 32

Referências 35

Capítulo 2

Educação a Distância na Universidade de Brasília – percurso histórico da ação institucional 39

Carmenísia Jacobina Aires, Ruth Gonçalves de Faria Lopes

1. O projeto original da Universidade de Brasília e as ações iniciais em Educação a Distância 39

2. Um olhar sobre as ações de Educação a Distância na Universidade de Brasília nos anos 1990 43

3. O protagonismo da Faculdade de Educação nas ações de Educação a Distância 46

4. Outras experiências institucionais em Educação a Distância na Universidade de Brasília 52

5. A Universidade de Brasília e a Universidade Aberta do Brasil 53

6. Considerações finais	56
Referências	57
Bibliografia complementar	57

Capítulo 3

A autoavaliação institucional e a Educação a Distância: limites e possibilidades da institucionalização na Universidade de Brasília... 59

Catarina de Almeida Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

1. Introdução	59
2. Sobre os conceitos de organização, instituição e institucionalização....	60
3. A avaliação institucional no contexto da institucionalização.....	64
4. Institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília: o que apontam os relatórios de autoavaliação institucional	66
5. Considerações finais	76
Referências.....	77

Capítulo 4

Percepção dos gestores em relação à institucionalização da Educação a Distância na Universidade de Brasília (2013-2015).....79

Andréia Mello Lacé, Magalis Béssem Dorneles Schneider, Lívia Veleda Sousa Melo

1. Introdução	79
2. A Educação a Distância na Universidade de Brasília	83
3. A gestão do sistema Universidade Aberta do Brasil na Universidade de Brasília	84
4. Percepção dos gestores: do fardo à decisão política	86
5. Considerações finais	92
Referências.....	93

Capítulo 5

Percurso histórico da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	95
Juliana Guimarães Faria	
1. Introdução	95
2. Sobre a Universidade Federal de Goiás.....	97
3. O percurso da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás: histórico e contexto	99
4. Considerações finais	109
Referências	110

Capítulo 6

Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância.....	113
Maria Aparecida Rodrigues Fonseca, Tatiane Custódio da Silva Batista	
1. Introdução	113
2. A institucionalização da Educação a Distância	115
3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás.....	118
4. O que os dados suscitam	123
5. Considerando relações	126
Referências	127

Capítulo 7

O impacto do processo seletivo de tutores na gestão da Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás	131
Lilian Ucker Perotto, Kamila Vieira Lima Ferreira, Meirilayne Ribeiro de Oliveira	
1. Introdução	131
2. Processos seletivos: números e impactos na formação de tutores	132

3. Avanços e resistências: nossas percepções das ações empreendidas	140
4. Considerações finais	144
Referências	145

Capítulo 8

Instrumentos de avaliação interna para a Educação a Distância utilizados na Universidade Federal de Goiás	147
---	-----

Lívia Soares de Lima Sousa, Flávia Magalhães Freire,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Introdução	147
2. Avaliação institucional e educação superior a distância	149
3. Caminhos da avaliação interna da Universidade Federal de Goiás	151
4. Instrumentos de avaliação interna para a educação superior a distância na Universidade Federal de Goiás	153
5. Considerações finais	158
Referências.....	159

Capítulo 9

Estado e Educação a Distância: educação superior pública em pauta	163
---	-----

Erlinda Martins Batista, Ana Maria Ribas, Carina Elisabeth Maciel

1. Introdução	163
2. Estado e Educação a Distância no Brasil	164
3. A história da Educação a Distância no Brasil	167
4. A estrutura da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	171
5. Considerações finais	174
Referências.....	175

Capítulo 10

A institucionalização e os desafios da educação superior a distância na Universidade Federal de Mato Grosso 179

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	179
2. A Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso	180
3. Desafios da institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	182
4. Considerações finais	194
Referências	195

Capítulo 11

A institucionalização pioneira da Educação a Distância na educação superior em Mato Grosso: visão de envolvidos na trajetória..... 199

Heloneide Alcantara Matos, Tereza Christina Mertens Aguiar,
Roseli Souza dos Reis Nunes

1. Introdução	199
2. História pioneira da Educação a Distância na Universidade Federal de Mato Grosso.....	200
3. Teoria Institucional e sua aplicabilidade na Educação a Distância.....	202
4. Considerações finais	212
Referências	213

Capítulo 12

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: a visão de avaliadores externos 217

Giselle Cristina Martins Real, Tânia Jucilene Vieira Vilela, Regina Farias de Souza

1. Introdução	217
---------------------	-----

2. A avaliação regulatória como instrumento de diagnóstico institucional	222
3. Institucionalização da Educação a Distância revelada pela avaliação	226
4. Considerações finais	233
Referências.....	234

Capítulo 13

A institucionalização da Educação a Distância na Universidade Federal da Grande Dourados: contribuições do curso de licenciatura em Letras Libras	241
---	-----

Janete de Melo Nantes, Regina Farias de Souza

1. A necessidade da institucionalização do curso de Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	241
2. Histórico do curso de graduação Letras Libras na Universidade Federal da Grande Dourados.....	243
3. Avanços e desafios de Letras Libras	247
4. Considerações finais	249
Referências.....	252

Capítulo 14

Levantamento bibliográfico sobre a autoavaliação institucional na Educação a Distância.....	255
---	-----

Wendy Caldeira de Souza, Leila Cristina Borges,
Daniela da Costa Britto Pereira Lima

1. Autoavaliação e Educação a Distância.....	255
2. Metodologia.....	258
3. Dados e análises	258
4. Considerações finais	266
Referências.....	267

Capítulo 15

Educação a Distância e cultura digital: possibilidades e desafios 269

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos

1. Introdução	269
2. Concepções de Educação a Distância, suas origens e evolução no Brasil	269
3. Cultura digital	274
4. Possibilidades e desafios: Educação a Distância e cultura digital	277
5. Considerações finais	279
Referências.....	280

Capítulo 16

Um estudo sobre a inclusão digital no estado de Goiás 283

Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira, Alzino Furtado de Mendonça, Saulo de Oliveira

1. Contexto da sociedade da informação	283
2. Ações de inclusão digital no estado de Goiás	288
3. Considerações finais	292
Referências.....	295

Institucionalização da educação superior a distância: algumas considerações finais297

Catarina de Almeida Santos, Daniela da Costa Britto Pereira Lima, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira (organizadoras)

Referência	299
------------------	-----

Notas sobre as autoras e autores.....301



Concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás em vagas destinadas à Educação a Distância¹

Maria Aparecida Rodrigues Fonseca
Tatiane Custódio da Silva Batista

1. Introdução

A presença e importância da educação a distância para a educação brasileira é apresentada e discutida por diversos estudiosos e educadores. A partir da Educação a Distância (EaD), a graduação, principalmente, tem sido disseminada e o acesso a ela possibilitado em diversas regiões do país.

Peters (2009) apresenta essa importância da educação a distância como uma possibilidade de se ampliar a oferta de ensino, procurando atender a população que busca essa modalidade. O autor aponta alguns argumentos favoráveis à utilização da EaD

¹ Estudo realizado como resultado de pesquisa com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

– a propagação da aprendizagem, a formação continuada, o aumento da demanda ao acesso à educação –, mostrando alguns elementos que evidenciam a maior adaptação da EaD ao estilo de vida dos indivíduos que recorrem a essa modalidade.

Lima (2014, p. 60) destaca que a EaD

é uma prática social-educativa-dialógica de um trabalho coletivo, de autoria e colaborativo, articulada para o desenvolvimento de uma arquitetura pedagógica e de gestão, integrada ao uso significativo das tecnologias de informação e comunicação, voltada para a formação crítica, autônoma e emancipadora.

Nessa perspectiva de entender a EaD enquanto concepção de formação crítica, autônoma e emancipadora, torna-se necessário compreender o processo de institucionalização dessa modalidade e analisar como tem acontecido a contratação de docentes para EaD, além do caminho percorrido para que essa educação aconteça, possibilitando comprometimento e envolvimento dos profissionais.

Para isso, apresentamos o objetivo de verificar os concursos para docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como as vagas destinadas à EaD, analisando o quantitativo geral de professores da universidade nas modalidades presencial e a distância, no período de 2013 a 2015, e buscando saber se esse quantitativo de vagas para EaD corrobora o processo de institucionalização da EaD nessa instituição de ensino superior.

O trabalho foi realizado a partir de uma proposta de pesquisa documental, que para Triviños (1987) permite que o investigador reúna diversas informações mediante vários documentos. Segundo ele,

é um tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informação sobre leis estaduais

de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-texto, etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 111).

Desse modo, a pesquisa documental tem como característica a fonte de dados, estando estes restritos a documentos, escritos ou não, compondo o que se nomeia de fontes primárias e secundárias (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174). Para este capítulo, a pesquisa foi realizada a partir de editais para concursos de docentes e técnicos administrativos da UFG e de editais para processos seletivos do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar), que é responsável pela EaD na instituição, além dos relatórios anuais desse centro, no período pesquisado (2011-2013).

2. A institucionalização da Educação a Distância

A temática da expansão da EaD no Brasil não é algo novo, pelo que já não cabem questionamentos sobre sua implementação. Na contemporaneidade, o assunto ganhou novo foco. Hoje, as discussões perpassam o âmbito da institucionalização, uma vez que essa modalidade de estudo, em sua macrocompreensão, abrange questões como qualidade e identidade docente.

Esse processo teve início com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que caracteriza a EaD como modalidade educacional, descrevendo sua mediação didático-pedagógica e os processos de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos. Segundo Lobo (2013), esse decreto confere à EaD “o *status* de modalidade educacional, apresentando metodologia, gestão e avaliação peculiares. Isso representa um indicativo de qualidade e concatenação de esforços para a regularização da EaD como proposta educacional viável e legalmente organizada” (LOBO, 2013, p. 3), e respeitada pela sociedade geral.

Em um curso a distância, o Decreto nº 5.622/2005 considera os seguintes aspectos: avaliações de estudantes; estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando pertinentes em legislação; e atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso. Também define que essa modalidade pode ser destinada a todos os níveis de ensino: educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação especial, educação profissional (técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior) e educação superior (cursos sequenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado). Aqui buscamos observar a EaD na educação superior no âmbito da UFG: a oferta desse tipo de ensino, os meios para atendimento da modalidade e, assim, sua institucionalização.

Desde 2005, vê-se no país o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Tal programa propõe: i) a expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso; ii) o aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e dos municípios; iii) a avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo Ministério da Educação; iv) as contribuições para a investigação em educação superior a distância no país; e v) o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância (BRASIL, 2006).

Lobo (2013) entende que algumas políticas, como a UAB, o Pronatec e o Sistema E-Tec Brasil, têm sido importantes para a expansão da EaD, mas a autora considera que

a EaD tem sido implementada como programa de governo, cuja finalidade é avançar a inclusão e qualificação social da população como um todo, merecendo destaque as regiões mais distantes dos centros urbanos e com menos acesso à educação e oportunidades de capacitação. (LOBO, 2013, p. 6).

Segundo a autora, a institucionalização precisa ocorrer como política de Estado, em instituições públicas, e não ser um elemento para a política dos governantes.

Para Moura *et al.* (2016), há uma diferença entre expansão e institucionalização. Esses autores ponderam que os programas governamentais supracitados contribuem para a expansão da EaD, mas não garantem a sua institucionalização, já que esta requer uma política nacional de EaD que possa garantir às instituições “subsídios financeiros para a formação de recursos humanos, desenvolvimento de material pedagógico e aquisição de equipamentos, a fim de dar suporte à construção de projetos pedagógicos consistentes e fortes” (LOBO, 2013, p. 8), isso com continuidade e segurança, mesmo com mudanças de governo e gestão.

A autora ainda defende a necessidade de uma política que asseguraria à EaD “permanência legal, expansão e desenvolvimento como proposta pedagógica formal de ensino aprendizagem em universidades e institutos federais”. (LOBO, 2013, p. 1).

Desse modo, Moura *et al.* (2016) afirmam que a institucionalização na EaD apresenta vantagens, como recursos orçamentários para a instituição que favorecem a autonomia no gerenciamento; assistência estudantil aos alunos; e um quadro de pessoal que considere as especificidades da modalidade, garantindo uma oferta regular de cursos, bem como a articulação entre o ensino presencial e a distância.

Em relação à formação de recursos humanos, o citado Decreto nº 5.622/2005 regulamenta, entre outras, as seguintes necessidades: “VII – garantia de corpo técnico e administrativo qualificado; VIII – apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância; [...]”. (BRASIL, 2005).

Assim, a formação de recursos humanos perpassa todos os profissionais direta ou indiretamente relacionados à EaD, e para Lobo (2013, p. 9),

a EaD é uma proposta pedagógica, com características diferentes da educação presencial; portanto com metodologia diferenciada que tem sido experimentada e evoluída ao longo dos anos, de tal forma

que tem acumulado muitos saberes metodológicos, e também não é uma proposta isolada daquela presencial, pelo contrário, algumas ações se têm feito para torná-la complementar e potencializadora da educação presencial.

De acordo com a autora, esses são aspectos relevantes de reflexão que subsidiaram nossa pesquisa, em que buscamos analisar como essa formação de recursos humanos corrobora o processo de institucionalização da EaD na UFG.

3. A pesquisa: seleção para Educação a Distância na Universidade Federal de Goiás

O período estipulado para a presente pesquisa é de 2013 a 2015. Contudo, a fim de estabelecer uma compreensão mais coerente sobre o tema deste capítulo, optamos por analisar os documentos disponíveis no Sistema de Concursos da UFG (Sisconcurso), nos anos de 2008 a 2016, que no momento do levantamento totalizavam 1.564 editais, sendo 58 abertos e 1.506 encerrados. Por meio da análise desses documentos, esperávamos identificar editais para cargos destinados a docentes e técnicos administrativos para trabalhar especificamente com a EaD. Entretanto, após um estudo minucioso, descobrimos que todos os concursos se destinavam, de acordo com cada edital, ao provimento geral de cargos de professores auxiliares, assistentes, adjuntos e livres-docentes.

O que merece ênfase nesse quadro é o quantitativo de cursos e vagas destinadas à EaD. Em meio aos 1.564 editais, identificamos 10 cursos na modalidade a distância, sendo que destes, apenas um oferecia área de concentração ou atuação nomeadamente em EaD. A atuação do candidato selecionado também deve ser destacada, ao evidenciar que “o local de atuação do professor poderá ser alterado, em caráter temporário ou definitivo, considerando o interesse da UFG, aprovado pelo Conselho Diretor da Unidade Acadêmica”. (BRASIL, 2017). Entendemos que, com

base nesse dispositivo, a unidade acadêmica poderá definir as atuações do professor, abrindo precedentes, não apenas para o local, mas também para a modalidade.

A questão da formação exigida para os profissionais que iriam atuar na EaD foi um dado de muita relevância. Dos 10 cursos da modalidade, cinco não exigiam de seus futuros docentes formação em EaD. Dois requeriam mestrado na área de atuação ou áreas afins, com experiência em ensino a distância, e um deles cobrava grau de doutor em Ciências Biológicas ou áreas afins, com ênfase em Histologia e Embriologia e Experiência comprovada em ensino a distância. Entretanto, a única vaga destinada a um professor classe adjunto, para o curso de Artes Visuais – modalidade a distância do Edital nº 67/2010 apresentava, como formação exigida, doutorado em Artes Visuais ou áreas afins e nenhuma exigência de conhecimento em EaD. Amaro e Baxto (2015, p. 65) ressaltam que, na docência *on-line*, precisamos indagar se “as IES estão preparadas para a contratação de docentes *on-line* e se os docentes *on-line* são habilitados e/ou recebem capacitação continuada para exercerem seus atos pedagógicos”.

Após o levantamento dos concursos para as vagas em EaD da UFG, buscamos conhecer os candidatos aprovados para saber se eles tomaram posse e se ainda atuam na modalidade e na função para a qual foram selecionados. Dessa forma, pesquisamos, primeiramente, nos resultados finais de cada processo seletivo, em que foi possível ter acesso aos nomes dos candidatos aprovados. No entanto, no Edital nº 59/2008, para o curso de Ensino de Artes Visuais na modalidade ensino a distância, no site do Sisconcurso, não constava o resultado final, o que inviabilizou a busca pelos candidatos selecionados nesse edital. Dessa forma, passamos a analisar o currículo Lattes dos candidatos selecionados nos demais editais.

Do Edital nº 114/2008, do curso de Ensino de Arte – Educação a Distância, foram selecionadas três candidatas. A primeira atualmente é professora adjunta da Escola de Música e Artes Cênicas da UFG (Emac/UFG); foi vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) Interdisciplinar em Performances Culturais (2015); é professora do Programa de Pós-Graduação

Stricto Sensu (mestrado) em Música (Emac/UFG); e coordenadora do Curso de Especialização em Arte/Educação Intermediática – Emac/UFG. A segunda atua como professora efetiva da Faculdade de Artes Visuais (FAV/UFG). Atualmente é coordenadora pedagógica do Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da Universidade Federal de Goiás (Ciar/UFG) e coordenadora da Licenciatura em Artes Visuais na modalidade a distância UAB. Finalmente, a terceira foi classificada, mas não consta como uma das profissionais chamadas para ocupar o cargo.

No Edital nº 2/2009 para o curso Ensino de Ciências e Biologia e Estágio Supervisionado – Ensino a Distância identificamos o primeiro colocado, que atualmente atua como professor assistente da UFG no Departamento de Ecologia/ Instituto de Ciências Biológicas (ICB/UFG), e a segunda colocada, que também é professora adjunta do ICB/UFG. O terceiro classificado não consta como chamado.

Ao buscarmos resultados finais do Edital nº 2/2009, do curso de Histologia e Embriologia e Educação a Distância, não encontramos nenhuma informação.

No curso Ensino de Física – EaD, do Edital nº 112/2010 encontramos três candidatos classificados. O primeiro colocado atualmente é professor do Instituto de Física (IF/UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG; o segundo é professor adjunto IV do IF/UFG; o terceiro foi apenas classificado e hoje atua na Universidade de Brasília (UnB).

Do Edital nº 23/2010, do curso de Biologia Molecular de Procaríotos, modalidade EaD, localizamos dois candidatos classificados. A primeira ainda atua como professora da UFG; e o segundo foi classificado, mas atua na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

No Edital nº 29/2010, para o ensino de Artes Visuais, modalidade a distância, também foram selecionados três candidatos. A primeira atua como professora na FAV/UFG, modalidade presencial e a distância; a segunda é mestre e atua no curso de Cultura Visual da FAV/UFG; quanto à terceira, não consta se foi chamada.

O último edital a ser avaliado foi o de número 67/2010, para Ensino de Artes Visuais – Modalidade a Distância, no qual constava apenas uma candidata selecionada,

que hoje atua como professora adjunta do curso de Licenciatura em Artes Visuais, nas modalidades presencial e a distância, da FAV/UFG.

Em se tratando dos docentes e técnicos administrativos, na categoria de contratos de trabalho, não foi possível identificar documentos públicos que designassem vagas para esses cargos nos anos pesquisados (2008-2015).

Inicialmente, a pesquisa foi realizada no site do Sisconcurso, a partir de processos seletivos destinados a professores substitutos, considerando-se vagas para EaD, as quais não foram encontradas.

Posteriormente, prosseguimos a busca em relatórios do Ciar, os quais não trazem informações específicas a respeito dos profissionais que atuam em EaD, mas apresentam números de bolsistas de cada ano e processos seletivos realizados, sendo que, em 2013, se apresentam autorizações mensais de pagamento para, em média, 450 bolsistas da EaD/UFG, compreendendo coordenadores de curso, professores e tutores, incluindo a descrição dos processos seletivos realizados. Para esse ano, as vagas apresentadas nos relatórios destinavam-se a orientadores acadêmicos e tutores de polo para os cursos de Extensão em Educação Integral e Integrada, Especialização em Gestão Pública, Graduação em Administração Pública, Extensão em Estatuto da Criança e do Adolescente, Bacharelado em Administração Pública, Especialização em Direitos Humanos da Criança e Adolescente, Especialização em Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Biologia, Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, e tutores para o curso de Licenciatura em Artes Visuais, Especialização em Educação para Diversidade e Cidadania (Direitos Humanos), Docência na Escola de Tempo Integral e Proposta Curricular e Metodologias na Educação Integral.

No ano de 2014, também aparecem no relatório autorizações mensais de pagamento para uma média de 450 bolsistas da EaD/UFG, entre coordenadores de curso, professores pesquisadores e tutores, descrevendo processos seletivos para tutores dos cursos de Graduação em Artes Cênicas, Graduação em Física, Graduação em Ciências Biológicas, Especialização em Educação Física Escolar, Especialização em Ensino de Biologia, Especialização em Arte-Educação Intermediática Digital,

Especialização em Inovação em Mídias Interativas, Especialização em Letramento Informacional: educação para a informação, Especialização em Ensino Interdisciplinar sobre Infância e Direitos Humanos, Licenciatura em Matemática, Especialização em Educação para Diversidade e Cidadania (Direitos Humanos) e Extensão em Educação Integral e Integrada. Foi relatado também processo seletivo de orientadores(as) acadêmicos(as) para o curso de especialização *lato sensu* em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (HCABA) e processo seletivo de orientadores(as) acadêmicos(as) e tutores de polo UAB para o curso de Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania, e Especialização em Direitos Humanos da Criança e Adolescente (Escola que Protege).

Já no ano de 2015, há o relato de solicitação mensal à Capes de pagamento, em média, de 400 bolsas para coordenadores de curso, professores pesquisadores e tutores da EaD/UFG. Nesse relatório, não aparecem processos seletivos para tutores ou orientadores educacionais, como nos anos anteriores.

Em um terceiro momento, a busca por dados para compreender a formação do quadro docente e técnicos administrativos para educação a distância na UFG foi realizada no site SisUAB, plataforma da UAB, no qual buscamos identificar e obter dados mais precisos a respeito dos colaboradores vinculados à EaD na UFG. No entanto, o site apresenta informações confusas quanto a esse tema e não oferece dados atualizados, o que dificulta a identificação dos profissionais (que somam um total de quase 3.000 em Goiás), em que cursos atuam e em qual modalidade. Tampouco foi possível afirmar a qual instituição pertencem, pois eles só foram identificados por meio do telefone ou do endereço cadastrados no site.

Enfim, queremos destacar que, embora o período da pesquisa tenha compreendido os anos de 2013 a 2015, realizamos um estudo mais aprofundado nos anos de desenvolvimento da EaD na UFG. De acordo com dados da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), as diretrizes para as licenciaturas passam pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996; pelas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE); pela Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e

Extensão e Cultura (Cepec) nº 631/2003, que trata da política da UFG para a formação de professores da educação básica; pela Resolução Cepec nº 731/2005, que trata da política de estágios da UFG para formação de professores da educação básica; e pelos projetos pedagógicos de cursos, que abordam a adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) e às resoluções internas. Dentro desse contexto, percebemos que o período de maior crescimento dos cursos em EaD se deu durante o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O Reuni, criado a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem como objetivo a ampliação do acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos ingressos, buscando reduzir a taxa de evasão na universidade pública. Esse programa contempla várias dimensões, quais sejam: ampliação da oferta de educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica do ensino superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Nesse momento, o foco é a primeira dimensão: ampliação da oferta de educação superior pública.

4. O que os dados suscitam

Buscamos, por meio da pesquisa, conhecer o processo de institucionalização da educação superior a distância na UFG, sendo que o foco deste capítulo se firmou em concursos e processos seletivos para docentes e técnicos administrativos com vagas destinadas à EaD. Nesse sentido, para que possamos tecer algumas reflexões sobre a institucionalização ou não da EaD nessa universidade, em relação aos processos de vagas para docentes e técnicos administrativos, é necessário nos debruçar sobre os dados encontrados.

Para tanto, a primeira reflexão realizada foi sobre as vagas destacadas nos editais do Sisconcurso. Esse item não foi analisado apenas no período da pesquisa, mas nos editais disponíveis na plataforma de 2006 a 2015. Foram encontradas 1.555 vagas para docentes presenciais e nove para EaD.

Assim, percebemos que há uma grande diferença em relação às vagas para professores na modalidade presencial e a distância. Durante a pesquisa e a análise dos editais para preenchimento das vagas para professores, ficou evidente que os docentes, ao serem selecionados e ao assumirem os cargos, ficam a serviço da universidade para atenderem às demandas que surjam, seja na modalidade presencial ou em EaD. Esse dado nos leva a refletir sobre o pensamento de Santos e Nogueira (2017), ao explicarem que, em se tratando de EaD, além da expansão, cabe refletir, principalmente, sobre a questão da qualidade e se ela está efetivada também no corpo docente. No entanto, não há como dissociar a atuação docente, em meio ao processo de ensino e aprendizagem, de sua práxis e de sua bagagem formativa, o que não é valorizado na formação exigida nos editais, especificamente para a modalidade a distância. Segundo Amaro e Baxto (2015, p. 68), para “os professores que se envolvem em processos de formação mediados pelas tecnologias, os conjuntos de saberes se ampliam e exigem a necessidade de saberes relacionados às tecnologias e design”.

Para falar de institucionalização enquanto política governamental na esfera da EaD, muitos são os paralelos que necessitam ser evidenciados e analisados. Dentre os citados anteriormente, e confirmados durante a pesquisa documental, está o trabalho docente e a figura do tutor, sendo que os documentos legais, bem como aqueles normatizadores das ofertas de cursos nessa modalidade, também apresentam o tutor enquanto profissional da EaD. De acordo com Moura (2016), em pesquisa sobre a institucionalização na EaD no Instituto Federal do Piauí (IFPI), no modelo atual, a maior parte da equipe de tutores é selecionada via edital, mas todos atuam como bolsistas, sem vínculo empregatício (MOURA *et al.*, 2016). Uma realidade encontrada também na UFG, segundo os dados.

Segundo o Parecer nº 564/2015, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, “[n]o contexto da EaD, os tutores desempenham importante papel no processo educacional e, especialmente, na mediação didático-pedagógica do ensino e aprendizagem, constituindo-se, desse modo, em profissionais da educação”. (BRASIL, 2016, p. 25). Nesse trecho, percebemos que o papel do tutor é importante na EaD, por isso a defesa de uma formação específica na área e de uma maior relação com o material produzido, com os conteúdos e com a instituição.

Na pesquisa documental, esse profissional esteve presente nos processos seletivos simplificados e nas contratações da UFG, o que se justifica mediante a legislação, pois, de acordo com o mesmo Parecer CNE/CES nº 564/2015, o tutor constitui-se em um profissional da educação. Entretanto, de acordo com o documento, “o *tutor* para exercer suas funções deve ter formação adequada, em consonância com a legislação e ter acesso ao uso das tecnologias e dos conteúdos sob sua responsabilidade”. (BRASIL, 2016, p. 25, grifo no original).

Durante a análise dos editais para seleção dos tutores, foi possível identificar a não exigência de que os candidatos possuíssem formação específica em EaD, ou na área a que se destina a vaga. A maioria dos editais apontava para uma prova de conhecimentos de tipo dissertativo e análise curricular, o que não pudemos verificar, pois se trata de casos distintos e avaliados pelos programas de seleção. Mas é lícito refletir que tais profissionais serão bolsistas e nem sempre possuem formação na área de atuação, o que pode comprometer a qualidade no processo de ensino.

O Parecer nº 564/2015 destaca que os tutores têm como atribuições participar ativamente da prática pedagógica, acompanhando os estudantes em seus processos formativos. Nesse sentido, Amaro e Baxtos (2015, p. 67) afirmam que, “essencialmente, o exercício e a prática docente implicam ações que assegurem a aprendizagem dos educandos e requerem desses profissionais um conjunto de saberes”. As palavras dos autores nos levam a compreender que o profissional que acompanha o aluno, seja no presencial ou na modalidade a distância, deve estar apto a auxiliar nessa aprendizagem.

Nesse âmbito, entendemos que o tutor deve apresentar domínio dos conteúdos a serem abordados e dos conhecimentos sobre educação e pedagogia, além do mínimo sobre a prática e a técnica necessárias aos ambientes virtuais. Foi possível observar que estamos na busca de uma educação de qualidade; contudo, será necessário vencer muitos paradigmas, sendo um deles as brechas encontradas nos documentos legais, que acabam dando espaço a duplas interpretações e a algumas formas nem sempre tão assertivas de implementá-las, como a seleção e a formação de tutores.

5. Considerando relações

Ao refletir sobre o objetivo de verificar os concursos para docentes e técnicos-administrativos da UFG e sobre as vagas destinadas à EaD nessa instituição, bem como ao analisar o quantitativo geral de professores da universidade nas modalidades presencial e a distância, no período de 2013 a 2015 – buscando saber se esse quantitativo de vagas para EaD corrobora o processo de institucionalização da educação a distância na UFG – e considerando também o que Lobo (2013) argumenta a respeito desse processo, podemos entender a formação de recursos humanos como fator importante na institucionalização da EaD.

Nesse sentido, voltando aos dados coletados, constatamos que os editais de concursos incluindo docentes que irão atuar em EaD são poucos. Vimos também que há processos seletivos para tutores, mas esses editais não garantem vínculo com a instituição e não têm exigência de formação específica na área.

Assim, podemos avaliar que a institucionalização na UFG ainda está em processo; porém, no quesito formação de recursos humanos, quanto a docentes, tal institucionalização não pode ser percebida, já que não se verificam requisitos específicos para seleção ou exigências de conhecimentos em EaD, oferecendo-se mais instrumentos de seleção, mais vagas e mais exigências para recursos humanos no ensino presencial. Como defende Lobo (2013, p. 10), “em se tratando de institucionalização, um número crescente de recursos humanos precisa ser contratado e,

conjuntamente com os atuais, haver formação na área de ensino sobre a metodologia da educação a distância”. Por isso, destacamos tanto a necessidade de perceber como esse processo ocorre nas universidades federais como a importância da docência na institucionalização da EaD.

Outro ponto também observado é que os programas e processos de seleção e de avaliação precisam seguir uma política de Estado para caracterizar a institucionalização, e não apenas um momento ou proposta governamental. Nesse sentido, o Reuni representa um aumento no quantitativo de vagas para discentes, assim como para tutores. É preciso observar e avaliar se esse processo será contínuo, o que instiga necessário desdobramento e continuidade da presente pesquisa.

Referências

AMARO, Rosana; BAXTO, Welinton. Tessitura sobre a Docência Online na Educação Superior. In: TERRA, Carina Maria; AMARO, Rosana; BAXTO, Welinton; MARTINS, Rubens de Oliveira (org.). *O tripé da Educação a Distância: regulação, docência e discência*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção I, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer nº 564/2015*, de 10 de dezembro de 2016. Dispõe sobre as Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf. Acesso em: 29 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. Edital de Abertura de Concurso Público nº 58/2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Seção 3, p. 95-96, 1 nov. 2017. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/45/o/Edital_n.58-2017.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, D. da C. B. P. L. *Documento técnico contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Unesco, 2014b. (Produto 2. Projeto 914BRZ1142.3). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=165%2011-%20produto-02-estudo-processo&Itemid=30192. Acesso em: 07 ago. 2020.

LOBO, Édila Marta Miranda. *Um caminho para a institucionalização da Educação a Distância*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10., jun. 2013, Belém. *Anais [...]*. Belém: UniRede, 2013. Disponível em: <http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/oral/AT5/113881.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

MOURA, Janete Márcia Morais Oliveira *et al.* *O Processo de Institucionalização da Ead no IFPI: a perspectiva dos gestores para os cursos técnicos de nível médio.* In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 3., 8-27 set. 2016, São Carlos, SP. *Anais [...]*. São Carlos: UFSCar, 2016.

PETERS, Otto. *A Educação a Distância em Transição: tendências e desafios.* Tradução de Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2009.

SANTOS, Catarina de Almeida; NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. A expansão da educação superior a distância e os novos marcos regulatórios: definições e desafios na perspectiva da qualidade. In: LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira; SANTOS, Catarina Almeida; TOSCHI, Mirza Seabra (org.). *Educação a Distância (EaD): Realidades, Evolução e Contextos.* Anápolis-GO: Editora UEG, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas, 1987.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif

Institucionalização da educação superior a distância nas universidades federais da região Centro-Oeste

Temáticas em questão

De modo geral, podemos dizer que o levantamento da trajetória institucional da Educação a Distância (EaD) no país é recente e, talvez por isso, apresente uma série de elementos considerados de relevância e cuidado para as próximas políticas públicas e ações na área. Esses elementos dizem respeito, principalmente, às características da sua expansão; às variadas formas sob as quais as modalidades presencial e a distância são vistas pelos diversos órgãos e regulamentações; aos mecanismos de avaliação e acompanhamento das ações das Instituições de Educação Superior que ofertam essa modalidade; e, nosso objeto de estudo, ao processo de institucionalização da EaD na educação superior, tanto na esfera pública quanto privada. Além da necessidade de estudos acerca da institucionalização da EaD, o próprio crescimento da modalidade no ensino superior público demonstra a importância de pesquisar como vem ocorrendo a implementação de políticas referentes à modalidade. Assim, o tema da institucionalização da educação a distância é abordado neste livro, tendo em vista a relevância da compreensão desse processo, para que se possa auxiliar no debate da capacidade do Estado de formular políticas públicas em EaD e problematizar como essa modalidade tem sido implementada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior da região Centro-Oeste, por meio de sua institucionalização ou não.



EDITORA



UnB